



Prefeitura de São José dos Campos - SP Professor II - Língua Portuguesa

LÍNGUA PORTUGUESA

Questoes que possibilitem availar a capacidade de interpretação de texto
conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortogra fia oficial
Acentuação gráfica
Pontuação
Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação
Concordância verbal e nominal
Regência nominal e verbal
Questões
Gabarito
MATEMÁTICA
Teoria dos Conjuntos
Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas
Cálculos Algébricos
Grandezas Proporcionais
Regra de Três Simples e Composta
Porcentagem e Juro Simples
Sistema Monetário Brasileiro
Equação do Primeiro e Segundo Graus - problemas
Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas
Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteroscircunfe rência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetro e áreas)
sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes
Funções do 1º e 2º graus
Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas
Resolução de problemas
Questões
Gabarito





INFORMÁTICA

Sistema Operacional Microsoft Windows	1
Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016)	22
Internet e ferramentas	58
Questões	65
Gabarito	71
CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS	
O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual	1
Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem	4
o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica	9
A avaliação da aprendizagem	11 13
O papel do professor no mundo atual	15
Questões	18
Gabarito	21
BIBLIOGRAFIA GERAL	
Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214)	1
Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN	6
Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138)	38
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	43
BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica	52
BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015	62
BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Mauree. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006	63
CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018	63
CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso. 2016	64





CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010
CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo Biruta, 2011
COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar
COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estraté gias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017
GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011
GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, r 2. abr./jun. 2000
IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudanç e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Noss Época)
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educaçã escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e propos ções. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011
MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018
MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2 ed. São Paulo: Falconi, 2016
WEISZ, Telma, O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2. ed. Ática, 2000
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Interação e produção de sentido na aula de Língua Portuguesa
Competências e habilidades da BNCC para o ensino de Língua Portuguesa
Formação continuada de professores e práticas de linguagem
Práticas pedagógicas e metodológicas do PNAIC para alfabetização
Relações entre alfabetização e linguística
Processos cognitivos da leitura e construção do sentido
Oralidade, leitura e escrita no cotidiano escolar
Gêneros textuais: definição, funcionalidade e uso social
Letramento digital e ensino da Língua Portuguesa
Texto escolar como objeto de ensino e pesquisa
Caminhos históricos e políticas de alfabetização no Brasil
Educação linguística na era digital e inovação pedagógica
Metodologias de ensino de Língua Portuguesa em contextos diversos
Multiletramentos e práticas de linguagem com tecnologias



SUMÁRIO Q

Leitura e comunicação na cibercultura e na semiótica contemporânea	7
Métodos de alfabetização: abordagem crítica e reflexiva	8
Fundamentos e práticas do ensino de Língua Portuguesa	8
Ensino de gramática em perspectiva interacionista	8
Educação híbrida e práticas curriculares inovadoras	9
Questões	9
Gabarito	10
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA	
ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2011	1
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum – O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica; A área de Linguagens - Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental; Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades; Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades	1
BRASIL. MEC. Referenciais Curriculares Nacionais da Formação Continuada para Professores da Educação Básica. Brasília: MEC, 2022	2
BRASIL. MEC. Cadernos de formação – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). 2012	ç
BUGLER, Magno Antônio Flegler. Ensino de Língua Portuguesa com Inteligência Artificial: estratégias e ferramentas para o professor do século XXI. 2025	1
CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2009. KLEI-MAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Mercado de Letras, 2009	2
LEAL, Telma Ferraz; BRANDÃO, Ana Paula. Didática da Língua Portuguesa: oralidade, leitura e escrita no cotidiano escolar. São Paulo: Contexto, 2015	2
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. São Paulo: Cortez, 2002	3
MARTINS, Denise. Ensino de Língua Portuguesa e letramento digital. São Paulo: Parábola Editorial, 2020	3
MENDONÇA, Marta; KATO, Mary. O texto escolar: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2010	4
MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Caminhos da alfabetização no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. OEI. Educação na era digital: políticas públicas e práticas pedagógicas inovadoras. Brasília: OEI, 2022	4
PASSARELLI, Sonia (org.). Metodologias de ensino de Língua Portuguesa: práticas em diferentes contextos. São Paulo: Parábola Editorial, 2019	5
ROJO, Roxane (org.). Escola conectada: práticas de linguagem e multiletramentos. São Paulo: Parábola Editorial, 2020	5
SANTAELLA, Lucia. Leituras contemporâneas da comunicação: semiótica, cibercultura e tecnologias do imaginário. São Paulo: Paulus, 2003	6





SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016	68
TINOCO, Nádia; SANTOS, Claudia; MENDONÇA, Suely. Ensino de Língua Portuguesa: fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2016	69
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2009	76
UNESCO. Educação híbrida no Brasil: concepções, práticas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2021	81
XAVIER, Antônio Carlos. Multiletramentos na sala de aula: práticas com mídias digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2017	87







Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- Vocabulário: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- Sintaxe: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- Coesão e coerência: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:





Matemática

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

∈: pertence

∉: não pertence

c: está contido

⊄: não está contido

⊃: contém

⊅: não contém

/: tal que

⇒: implica que

⇔: se,e somente se

∃: existe

∄: não existe

∀: para todo(ou qualquer que seja)

Ø: conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S=\{1, 3, 5, 7, 9\}$$

• Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in N | x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$$





Informática

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar**: O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- Assistente Virtual Cortana: A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- Microsoft Edge: O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- Múltiplas Áreas de Trabalho: Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.





Conhecimentos Pedagógicos

O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- · Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- · Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.





Bibliografia Geral

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

- Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
 - Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 - I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
 - VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII garantia de padrão de qualidade.
- VIII piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

- Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)
- § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)
 - Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
- I educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)





Conhecimentos Específicos

A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL

Compreender a linguagem como prática social é reconhecer que ela não se limita à estrutura de códigos e regras gramaticais, mas se realiza essencialmente nas relações entre os sujeitos em contextos concretos de interação. Na aula de Língua Portuguesa, esse entendimento amplia o papel do ensino para além da norma culta, valorizando a linguagem como instrumento de comunicação, construção de identidade e transformação social.

A perspectiva da linguagem como prática social está fundamentada nos estudos do Círculo de Bakhtin, especialmente na noção de enunciado e na ideia de que todo ato de fala está vinculado a uma situação específica de produção, com objetivos, interlocutores, valores e relações de poder envolvidos. Assim, ensinar a língua implica oferecer aos alunos oportunidades para participar de práticas comunicativas reais ou simuladas que façam sentido em seu cotidiano e que os envolvam como sujeitos ativos no processo de produção de significados.

Esse enfoque também se articula com os estudos da Sociolinguística, que ressaltam a variação linguística e a adequação às situações de uso. Em vez de impor uma única forma de falar ou escrever, o ensino da língua passa a valorizar as diferentes formas de expressão presentes nos diversos grupos sociais, etnias, regiões e faixas etárias. A escola, nesse contexto, deve ser um espaço de reconhecimento e respeito à diversidade linguística, promovendo a reflexão crítica sobre os usos da linguagem e suas implicações sociais.

É importante notar que, ao considerar a linguagem como prática social, o ensino de Língua Portuguesa se afasta de uma abordagem meramente normativa e decorativa da gramática. O foco desloca-se para o uso efetivo da língua em práticas discursivas significativas, como debates, entrevistas, cartas, artigos de opinião, relatos pessoais, entre outros gêneros que circulam socialmente e exigem dos falantes competências discursivas mais amplas do que o domínio formal da gramática.

Além disso, essa concepção promove uma mudança na relação entre professor, aluno e conhecimento. O professor deixa de ser o único detentor do saber e assume o papel de mediador do processo de aprendizagem, estimulando a participação ativa dos estudantes, a escuta atenta e o respeito às múltiplas vozes presentes na sala de aula. A linguagem, nesse sentido, torna-se também uma forma de exercer a cidadania e de ocupar espaços sociais com mais autonomia e criticidade.

Trabalhar a linguagem como prática social significa, portanto, criar contextos em sala de aula que aproximem o ensino da vida real, incorporando temas relevantes, textos autênticos, situações comunicativas variadas e estratégias que favoreçam a interação entre os alunos. Esse caminho contribui para que o ensino da Língua Portuguesa seja mais significativo, respeitoso com a diversidade e efetivamente formador de sujeitos críticos e participativos.

A INTERAÇÃO VERBAL NO ESPAÇO ESCOLAR

A interação verbal no espaço escolar é um elemento central no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. Ela se configura como um campo privilegiado de troca de sentidos, construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades comunicativas. Mais do que simples troca de palavras, a interação em sala de aula envolve relações de escuta, posicionamento, argumentação e negociação de significados que influenciam diretamente a formação dos sujeitos.

No contexto da aula de Língua Portuguesa, a interação verbal acontece em múltiplas situações: nas perguntas e respostas entre professor e alunos, nas atividades em duplas ou grupos, nas rodas de conversa, na leitura compartilhada, nos debates, na produção coletiva de textos. Cada uma dessas práticas é uma oportunidade de uso real da linguagem, em que os estudantes se veem como participantes ativos da comunicação e não apenas como receptores passivos de informações.

Essa abordagem dialogada está ancorada em teorias do interacionismo socio-discursivo, que entendem a linguagem como uma atividade cooperativa e situada. A aprendizagem, nessa perspectiva, ocorre pela interação entre sujeitos, por meio da mediação do outro mais experiente — geralmente o professor — e da circulação de diferentes vozes no ambiente escolar. A fala do aluno, nesse processo, é valorizada como ponto de partida para o desenvolvimento de novas formas de expressão e compreensão.





Bibliografia Específica

O livro "Aula de Português: Encontro e Interação", de I. Antunes, propõe uma abordagem inovadora e dinâmica para o ensino da Língua Portuguesa, enfatizando a importância do encontro e da interação entre professor e aluno na construção do conhecimento linguístico. A seguir, um resumo dos principais pontos abordados na obra:

- Abordagem Pedagógica Inovadora: O autor critica os métodos tradicionais de ensino e defende um modelo em que a aula de Português não seja apenas a transmissão de regras e conteúdos formais, mas um espaço de diálogo e troca. A interação entre os participantes da sala de aula é vista como essencial para promover uma aprendizagem mais significativa e efetiva.
- Relação entre Linguagem e Identidade: Antunes explora como a língua está intrinsecamente ligada à cultura e à identidade dos indivíduos. A obra ressalta a importância de entender o ensino de Português como um processo que contribui para a formação de uma identidade crítica e reflexiva, permitindo que os alunos se reconheçam e se posicionem na sociedade.
- Papel do Professor: O livro destaca que o papel do professor deve ir além do mero repasse de informações. O educador é apresentado como um facilitador do processo de aprendizagem, responsável por estimular o debate, a reflexão e a participação ativa dos estudantes. Essa postura contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e interativo.
- Estratégias e Atividades Didáticas: São apresentadas diversas estratégias e atividades que incentivam a participação dos alunos e a aplicação prática dos conhecimentos. O autor propõe que os conteúdos sejam trabalhados de maneira contextualizada, o que permite uma relação mais próxima com a realidade dos estudantes e favorece o desenvolvimento do pensamento crítico.
- Reflexão Crítica sobre a Prática Educacional: Antunes convida educadores a refletirem sobre suas práticas e a repensarem os métodos utilizados em sala de aula. A obra é um alerta para a necessidade de atualizar e transformar os processos de ensino para que estes acompanhem as mudanças sociais e culturais, tornando o aprendizado da Língua Portuguesa mais relevante e motivador para os alunos.

"Aula de Português: Encontro e Interação" defende que o ensino da língua deve ser um processo dinâmico, interativo e crítico, onde o diálogo e a participação ativa são fundamentais para a construção do conhecimento. O livro é um convite para que professores e educadores repensem suas práticas pedagógicas, promovendo aulas que valorizem a interação e que contribuam para a formação integral dos estudantes.



BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum – O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica; A área de Linguagens - Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental; Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades; Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades

Gêneros discursivos, práticas sociais de leitura e escrita e meios de circulação dos textos são os conteúdos já trabalhados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e amplamente conhecidos pelos docentes de Língua Portuguesa. No entanto, algumas mudanças ocorreram recentemente, sendo que principal delas diz respeito às áreas de emprego da linguagem nos contextos mais diversos do cotidiano, ou seja, os campos de atuação, que se subdividem em cinco, conforme abaixo:

1) Campo de atuação na vida cotidiana: exclusivo das séries introdutórias. Aborda o saber linguístico que é preciso para atuar nas práticas vividas diariamente no ambiente familiar, na escola e na sociedade. Os gêneros textuais desse campo envolvem listas, recados, agendas, bilhetes, manuais, receitas, avisos, diários, cartas, convites, cardápios, entre outros.